

ANEXO II

PLANO DE TRABALHO DO PROJETO

I – DADOS CADASTRAIS			
TIPO DE INSTRUMENTO PROCESSUAL:			
PARTE 1			
1 – TIPO CONTRATADA	2 – RAZÃO SOCIAL: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	3 - CNPJ 34.621.748/0001-23	
4 – ENDEREÇO/ SEDE (AV, RUA, Nº, BAIRRO): RUA AUGUSTO CÔRREA, S/N - CIDADE UNIVERSITÁRIA JOSÉ DA SILVEIRA NETTO - BAIRRO: GUAMÁ			
5 – CIDADE / ESTADO BELÉM – PARÁ	6 - CEP 66075-110	7 - DDD/TELEFONE 91-3201-7114	8 - FAX
9 - NOME DO REPRESENTANTE LEGAL GILMAR PEREIRA DA SILVA		10 - CPF: 146.656.202-10	
11 - CI. /ÓRGÃO EXPEDIDOR	12 – CARGO REITOR	13 - DATA VENC. MANDATO 15 de outubro de 2028	
COORDENADOR			
14 - NOME DO COORDENADOR JACQUELINE TATIANE DA SILVA GUIMARÃES		15 – CPF 890.693.662-15	
16 - ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-mail) jacguimaraes@ufpa.br.	17–MATRÍCULA SIAPE: 2329896	18-TELEFONES (91) 3201-7069	
19 – UNIDADE/SUBUNIDADE RESPONSÁVEL Campus Universitário do Marajó Breves/Faculdade de Serviço Social			
FISCAL			
20 - NOME DO FISCAL PAULA FERNANDA PINHEIRO SOUZA		21 – CPF 020.672.282-69	
22 - ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-mail) paulafernand@ufpa.br	23–MATRÍCULA SIAPE: 2296480	24-TELEFONES: (91) 98865-5523	
25 – UNIDADE/SUBUNIDADE RESPONSÁVEL CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA MARAJÓ – BREVES			
PARTE 2			
1 – TIPO CONTRATANTE	2 – RAZÃO SOCIAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	3 – CNPJ 34.621.748/0001-23	
4 – ENDEREÇO/ SEDE (AV, RUA, Nº, BAIRRO): RUA AUGUSTO CÔRREA, S/N - CIDADE UNIVERSITÁRIA JOSÉ DA SILVEIRA NETTO - BAIRRO: GUAMÁ			
PARTE 3			
1 – TIPO INTERVENIENTE	2 – RAZÃO SOCIAL: FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	3 - CNPJ 05.572.870/0001-59	
4 – ENDEREÇO/SEDE (AV., RUA, Nº, BAIRRO):			

RUA AUGUSTO CÔRREA, S/N - CIDADE UNIVERSITÁRIA JOSÉ DA SILVEIRA NETTO - BAIRRO: GUAMÁ			
5 – CIDADE / ESTADO BELÉM – PARÁ	6 – CEP 66075-110	7 - DDD/TELEFONE 91-4005-7480	8 - FAX
9 - NOME DO REPRESENTANTE LEGAL ROBERTO FERRAZ BARRETO		10 - CPF: 132.202.092-20	
11 - CI. /ÓRGÃO EXPEDIDOR 328404093-SSP/SP	12 – CARGO DIRETOR EXECUTIVO	13 - DATA VENC. MANDATO 06/2022 A 06/2026	

II - CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

1 – TÍTULO DO PROJETO

Promover a articulação e qualificação da participação social com educação popular no território do Arquipélago do Marajó no estado do Pará.

2 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei nº 14.133, de 1º. de abril de 2021; Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, Decreto nº 8.240/2014 e Decreto nº 8241/2014; Acórdão nº 1.178/2018 do Tribunal de Contas da União; demais legislações afetas à matéria.

3 – TIPO DE PROJETO

() Ensino () Pesquisa (x) Extensão () Desenvolvimento institucional

4 – OBJETO DO INSTRUMENTO FORMAL

Apoiar a gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução do projeto indicado no item 1 acima.

5 - PERÍODO DE EXECUÇÃO: 12 MESES

INÍCIO: A Contar da data de publicação do Contrato no DOU

TÉRMINO:
03/07/2026

5 – CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE PROJETO *(elementos do projeto que justificam o tipo de projeto indicado no item 3.*

Esse projeto se enquadrar claramente como um projeto de extensão universitária, dado que possui os seguintes elementos característicos:

- Objetivo Social:** O projeto tem um objetivo claro de contribuir para o desenvolvimento social e a promoção dos direitos humanos, especificamente com a Implementação do **Núcleo Territorial de Articulação da Participação Social com Educação Popular no Território do Arquipélago do Marajó** para realizar ações de articulação e qualificação da participação social no território marajoara a partir da educação popular.
- Interação com a Comunidade:** O projeto busca interagir com a comunidade, capacitando agentes/lideranças comunitárias para a articulação de políticas públicas.
- Transferência de Conhecimento:** O projeto envolve a transferência de conhecimento acadêmico e técnico para a comunidade, capacitando os participantes para lidar com questões de direitos humanos e desenvolvimento socioterritorial.
- Parcerias com Instituições Externas:** O fortalecimento de arranjos institucionais para viabilizar políticas públicas implica em parcerias com instituições governamentais ou da sociedade civil, o que é comum em projetos de extensão.
- Benefícios Mútuos:** O projeto não apenas beneficia a comunidade atendida, mas também oferece oportunidades de aprendizado e pesquisa para os participantes acadêmicos envolvidos.

Portanto, dadas essas características, o projeto se enquadra claramente na categoria de projeto de extensão universitária.

6 – OBJETIVOS

• GERAL:

Promover a articulação e qualificação da Participação Social com Educação Popular no território do Arquipélago do Marajó no estado do Pará.

• ESPECÍFICOS:

- Elaborar diagnóstico socioambiental preliminar, por meio de metodologias participativas, das principais situações de vulnerabilidade social e ambiental do território e das diferentes políticas públicas federais que chegam no território;
- Promover a mobilização e o fortalecimento da atuação da sociedade civil e dos movimentos sociais nas instâncias e mecanismos de participação social;
- Promover a articulação e formação de agentes de políticas públicas nos territórios;
- Apoiar a participação social com educação popular de usuárias/os e beneficiários com ações para qualificação da participação social nas diversas instâncias e mecanismos de participação social;
- Apoiar a organização e as atividades do **Fórum Permanente da Sociedade Civil do Marajó** e das Redes de Educadores (as) populares.

7 – JUSTIFICATIVA

Após um período de desconstrução e enfraquecimento da participação social nas políticas públicas do governo federal, ao longo do ano de 2023, ocorreu uma inflexão desta trajetória com um amplo processo de reconstrução da política de participação social. Neste processo de reconstrução das políticas nacionais de participação social no governo federal, presenciamos a recriação, reformulação e fortalecimento dos Conselhos de Políticas Públicas, a retomada das conferências nacionais, o fortalecimento da participação digital e a retomada da política de educação popular. Algumas iniciativas institucionais apontam para a importância da participação social neste novo momento, tais como:

- a) a criação do Conselho de Participação Social da Presidência da República (Decreto 11.406/2023);
- b) o Sistema de Participação Social, que possui a finalidade de estruturar, coordenar e articular as relações do governo federal com os diferentes segmentos da sociedade civil na aplicação das políticas públicas, por meio das assessorias de participação social em todos os ministérios (Decreto 11.407/2023);
- c) a estruturação da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas e a Secretaria Nacional de Participação Social e a recriação do Fórum Interconselhos (Decreto 11.363/2023).

Com a realização do PPA e o desenvolvimento da Plataforma Brasil Participativo tivemos a maior experiência de participação digital no governo federal. O PPA Participativo demonstrou a potencialidade da estratégia de articulação envolvendo a participação presencial, com plenárias que contaram com a participação de mais de 34 mil pessoas e a participação digital de mais de 1,4 milhão de pessoas. No entanto, este processo de reconstrução se depara com desafios mais estruturais que caracterizam a relação entre Estado e Sociedade, em especial, considerando as alterações institucionais ocorridas no período recente que aprofundaram as dificuldades de articulação das políticas públicas e de organização da participação social e do controle social previstas na Constituição Federal.

Uma das principais constatações do Relatório do Conselho de Participação Social (Comissão de Transição Governamental, 2022) diz respeito “aos retrocessos no campo da participação social promovida pelo Executivo Federal, agregam-se os retrocessos também promovidos pelo Congresso Nacional, com aval do governo, no que diz respeito às emendas parlamentares e que deram origem ao fenômeno conhecido como Orçamento Secreto. O impacto desses retrocessos é claro na medida em que limitam e atrasam a ação do Estado no enfrentamento de emergências sociais como a que vivemos a partir de 2020 com a pandemia da Covid-19, ou como na escalada de preços de alimentos, em parte, causada pela ausência de políticas de estímulo à produção nacional. (...). Enquanto direito fundamental a participação social deverá ser orientada pelo princípio da democracia direta, controle social e transparência envolvendo de forma ampla os setores organizados e, principalmente, os mais vulneráveis que necessitam de uma atuação sensível do Estado”. (Relatório Final, Conselho de Participação Social, 2022).

Em outubro de 2023 a Secretária-geral da Presidência da República instituiu o Grupo de Trabalho Técnico com a finalidade de elaborar diretrizes, orientações e estratégias para promover a integração das políticas públicas do governo federal com participação social e educação popular na perspectiva do desenvolvimento territorial. (Portaria SG/PR 167/2023).

No âmbito do Grupo de Trabalho Técnico constatou-se que estamos presenciando uma retomada importante das políticas públicas federais, no entanto, estas políticas chegam nos territórios de forma desigual e desarticulada. Isto gera impactos na qualidade dos bens e serviços públicos entregues a população e na percepção da sociedade sobre eles, dissociando-os da dimensão cidadã das políticas públicas. Além do mais, geralmente usuários/as e beneficiários/as não são vistos como sujeitos de direitos (na elaboração, implementação, monitoramento e controle social) destas políticas.

Também se constatou uma crescente organização de políticas públicas a partir da perspectiva territorial. Algumas destas políticas constituíram novas formas de governança com a constituição de colegiados, comitês ou conselhos gestores territoriais com participação social e a contratação de agentes de políticas públicas para atuar nos territórios. No entanto, em que pese a diversidade destas experiências de territorialização, elas permanecem insuficientes para enfrentar questões relacionadas à desigualdade e desarticulação das políticas públicas federais. Existe uma diversidade de critérios e concepções sobre territorialização, cada gestor está definindo “territórios” a partir das especificidades de cada política pública, com diferentes formas de governança territorial.

Em síntese, há a urgência para que as estratégias já concretizadas no âmbito federal avancem no sentido de responder à necessidade de abordagens para que o planejamento e a implementação de políticas públicas ocorram de forma mais colaborativa e integrada, e para que atuem de forma articulada, coordenada e intersetorial. Para que de fato efetivem acesso, e reconhecimento de (os) usuárias (os) e beneficiárias (os) das políticas públicas de forma enraizada nos territórios, respeitando as especificidades de espaços e identidades e, principalmente, promovendo a participação ativa de diversos setores sociais aos diferentes níveis de governo, a partir de seus locais de moradia e de vida.

A participação social com educação popular foi destacada como um elemento fundamental para uma gestão eficaz e colaborativa das políticas públicas, contribuindo para a criação de políticas mais inclusivas, efetivas e responsivas às necessidades e aspirações das comunidades locais. O objetivo deverá ser o de impulsionar a integração entre as políticas públicas do governo federal, que são implementadas de forma descentralizada e territorializada, com as estratégias de uma participação social que se vincule à educação popular, constituindo uma visão de desenvolvimento territorial participativo.

Entende-se ainda a participação social como um elemento estratégico para a coordenação e articulação das próprias políticas públicas. Ou seja, não apenas um exercício de participação social à posteriori dos processos de implementação, mas como um elemento central que atravessa todo o ciclo das políticas públicas e, a partir do qual, se planeja os territórios em si, suas demandas

e necessidades, e são capazes de coordenar atores estatais e sociais em torno de suas especificidades.

Desta forma, o Programa de Participação Social com Educação Popular nos Territórios não pretende ser mais uma política territorial ou de territorialização empreendida pelo governo federal. Ela pretende contribuir de forma eficiente para promover a articulação e integração das políticas públicas que chegam nos territórios. Portanto, a centralidade das ações e estratégias do Programa diz respeito a processos de articulação voltados ao fortalecimento e aumento da qualidade da participação social com educação popular. A estratégia de criação do Núcleo de Participação Social com Educação Popular no Território promoverá o **empoderamento da comunidade**, por meio do processo organizativo e formativo, estimulando a articulação entre as políticas públicas que chegam no território, aumentando sua eficiência e eficácia, para o enfrentamento dos problemas sociais de forma sustentável e inclusiva.

A definição do Arquipélago do Marajó considerou as dimensões objetivas de vulnerabilidade socioambiental, dimensões socioculturais de identidade, dimensões relativas à incidência das políticas públicas federais e dimensão organizacional dos movimentos sociais e da sociedade civil, a saber:

- a) Dimensão de vulnerabilidade socioambiental: os dados relativos à população (Censo, IBGE, 2022), IDHM (IPEA/PNUD/FJP, 2010), CadÚnico (MDS/mar/2023) - Percentual de famílias em extrema pobreza, áreas de riscos e desastres ambientais, Favelas e Comunidades Urbanas (IBGE, 2024).
- b) Dimensões socioculturais de identidade: Territórios Rurais (MDA), Territórios de Identidade (vários estados instituíram os territórios de identidade em lei própria), Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais, Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs - FCP, 2023), áreas com presença de Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (CADÚnico), Favelas e Comunidades Urbanas, Territórios extrativistas
- c) Dimensões relativas à incidência das políticas públicas federais: Territórios Rurais, Territórios da Saúde, Territórios da Educação, Territórios da Cultura, Regiões de Fronteira, Rotas de Integração Nacional (arranjos produtivos/cadeias estratégicas – MDR), Territórios ambientais (reservas extrativistas, parques ambientais), presença de Universidades e Institutos Federais, presença de beneficiárias/os do Bolsa Família, Bolsa Verde, do MCMV, do PAC, situação de emergência ou calamidade pública.
- d) Dimensão organizacional dos movimentos sociais e da sociedade civil: considerar a existência de articulações, redes, fóruns e outras formas organizativas territoriais de movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

O Arquipélago do Marajó, pertencente ao estado do Pará, é a maior região fluviomarfítima do mundo, com dimensão geográfica de 40.100km², abarcando 17 municípios, que são: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedra, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure e Oeiras do Pará, incluído recentemente com o decreto n. 2.129, de 20 de janeiro de 2022, sendo retirado da região do Tocantins. Os dezessete municípios totalizam uma população de 591.064 mil habitantes, sendo a sua maioria pessoas negras, ou melhor, pessoas pretas e pardas, conforme metodologia adotada pelo IBGE, aproximadamente 80% do total. Os maiores centros urbanos do arquipélago são **Breves**, **Soure** e **Salvaterra**, compostas por comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Aproximadamente 301 mil habitantes, cerca de 50% da população, pertence a povos e comunidades tradicionais (extrativistas, pescadores, ribeirinhos, agricultores familiares, quilombolas etc.).

A densidade populacional é baixa, devido às vastas áreas de barreiras alagadas durante o período de chuvas (entre dezembro e junho), transformando extensas regiões em pântanos e lagos, o que não torna a região tão atrativa para grandes empresas e indústrias. A sua população vive em

vulnerabilidade social, sem acesso a serviços básicos, o que justifica sua definição como território prioritário para a implementação do programa, segundo a dimensão de vulnerabilidade socioambiental. Colocando em termos objetivos, 86% da população do território do Marajó está registrada no CadÚnico, e 73% está cadastrada no programa Bolsa Família.

O Fórum Permanente da Sociedade Civil do Marajó, instituído pela Portaria nº 450, de 3 de agosto de 2023, tem como objetivo garantir o diálogo e a escuta da população marajoara em relação às políticas públicas desenvolvidas pelo MDHC para o Arquipélago do Marajó, por meio do Programa Cidadania Marajó, realizando ações de mobilização e avaliação do que vem sendo realizado, contando com a participação de diferentes representantes de coletivos e movimentos sociais que possuem uma trajetória de atuação no território. Dessa mesma forma, também se faz fundamental destacar a atuação da Universidade Federal do Pará (UFPA) por meio do ensino, pesquisa e extensão que se dão a partir dos campi que se localizam nos municípios de Soure e Breves, um pertencente ao Marajó Oriental e o outro no Ocidental. O campus universitário do Marajó/Breves, possui uma trajetória de mais de 30 anos, formando e qualificando profissionais nos municípios vizinhos, oferecendo também turmas flexibilizadas.

Como muito bem afirmado pelo Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva (2021), o CUMB vem “se constituindo em um grande laboratório de produção científica e sistematização”, contribuindo diretamente e indiretamente no fortalecimento de Políticas Públicas na região. Tendo sido resultado da mobilização da população brevense na luta pelo direito a ter acesso ao ensino superior sem precisar se deslocar e se distanciar de seu município de origem, e assim tendo como horizonte uma formação que apreenda e envolva a realidade marajoara, compreendendo a sua amplitude e diversidade. Atentos à diversidade e aos desafios que o Marajó apresenta, em 2019, a UFPA lança o primeiro edital que visa fortalecer e apoiar a ação de programas de extensão, conhecido como Programa de Extensão Inclusiva Avançada (PROEXIA) Marajó. Assim, projetos que já se davam no território passam a se articular de modo mais amplo, com maior alcance, a partir de programas que se voltam para comunidades ribeirinhas, população idosa e crianças e adolescentes marajoaras, numa perspectiva formativa quanto à garantia de direitos humanos.

Firmar parceria com a UFPA, por meio de seus campi, que já possuem uma trajetória de atuação no território, visa fortalecer a sociedade marajoara e a universidade, numa perspectiva crítica, inovadora e inclusiva, partindo de sujeitos que pertencem ao território e que já possuem um acúmulo de informações, sendo possível partir de tais vivências e experiências, estabelecendo-se assim uma troca de saberes e conhecimento. Parcerias com programas que tenham como foco central de suas ações o debate sobre territórios, participação social, comunidades tradicionais, diversidade étnico-racial, racismo institucional e ambiental e políticas públicas para o Marajó.

8 - RESULTADOS ESPERADOS MENSURÁVEIS (Especificar METAS/ETAPAS)

Implementar o Núcleo Territorial de Articulação da Participação Social com Educação Popular no Território do Arquipélago do Marajó para realizar ações de articulação e qualificação da participação social no território marajoara a partir da educação popular.

Qualificar 200 pessoas, entre elas, lideranças de Movimentos Sociais e representantes da Sociedade Civil para a Participação Social com Educação Popular nos territórios marajoaras.

Entregar para a sociedade marajoara um diagnóstico sobre as principais situações de vulnerabilidade social e ambiental do território e que impactam na Participação Social.

1. Impactos Científicos:

- Geração de conhecimento local sobre a dinâmica social e ambiental do Arquipélago do Marajó, contribuindo para a produção acadêmica e pesquisas futuras.
- Elaboração de um diagnóstico detalhado sobre as vulnerabilidades sociais e ambientais, que poderá servir de base para estudos e políticas públicas na região.

2. Impactos Educacionais:

- Capacitação de 200 indivíduos, incluindo lideranças e representantes da sociedade civil, resultando em um aumento significativo da conscientização sobre os direitos e a importância da participação social.
- Criação de um modelo de educação popular que pode ser replicado em outros territórios, fortalecendo a formação cidadã e a mobilização comunitária.

3. Impactos Tecnológicos:

- Desenvolvimento de plataformas e ferramentas digitais que facilitem a comunicação e a articulação entre as comunidades e organizações, promovendo a troca de experiências e práticas exitosas.
- Capacitação em tecnologias de informação e comunicação (TICs) para fortalecer a organização e mobilização social.

4. Impactos Econômicos:

- Fortalecimento de redes de economia solidária, permitindo que as comunidades desenvolvam alternativas econômicas sustentáveis, diminuindo a dependência de atividades que impactam negativamente o meio ambiente.
- Criação de oportunidades de trabalho e renda para os participantes qualificados, promovendo um desenvolvimento econômico mais justo e inclusivo.

5. Impactos Sociais:

- Promoção da inclusão social e fortalecimento da cidadania, com a participação ativa da comunidade em decisões que afetam seu território.
- Melhoria na coesão social e no fortalecimento das redes comunitárias, levando a um aumento da solidariedade e do apoio mútuo entre os moradores do Arquipélago.

6. Impactos Ambientais:

- Identificação e mitigação das principais situações de vulnerabilidade ambiental, promovendo práticas de sustentabilidade e conservação dos recursos naturais da região.
- Estímulo à participação da comunidade em ações de preservação ambiental, aumentando a consciência sobre a importância da conservação dos ecossistemas locais.

7. Mecanismos de Transferência de Conhecimento:

- Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino, organizações não governamentais e outros atores sociais para garantir a difusão do conhecimento adquirido durante o projeto.
- Realização de oficinas, seminários e eventos de formação continuada que possibilitem a troca de saberes entre as comunidades e a construção de um repertório coletivo sobre participação social e educação popular.

Esses resultados esperados visam não apenas melhorar a qualidade de vida no Arquipélago do Marajó, mas também criar um modelo de participação social que pode ser um exemplo para outras regiões.

9 – EQUIPE DO PROJETO

9.1 - EQUIPE TÉCNICA

Nome	Matrícula (no caso de	SIAPÉ de	Vínculo (docente, técnico ou	Função no projeto	Valor da
------	--------------------------	-------------	------------------------------------	----------------------	----------

	<i>servidor público federal), matrícula estudantil (no caso de discente) ou CPF (contratados, servidores de outras esferas)</i>	<i>estudante da UFPA, externo ou estudante externo)</i>		Bolsa Pagamento /
Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães	2329896	Docente/UFPA	Coordenadora Geral	R\$ 4.000,00
Ronaldo de Oliveira Rodrigues	2571078	Docente/UFPA	Pesquisador Colaborador Técnico	R\$ 2.500,00
Ana Maria Smith Santos	2619614	Docente/UFPA	Pesquisador Colaborador Técnico	R\$ 2.500,00
Eunápio Dutra do Carmo	3055393	Docente/UFPA	Supervisor	R\$ 2.500,00
Paulo Rafael da Silva Ferreira	2342672	Técnico Administrativo/UFPA	Apoio Administrativo	R\$ 2.500,00
Vera Lúcia Farias de Melo	2350892	Técnico Administrativo/UFPA	Apoio Administrativo	R\$ 2.500,00

9.2 – RESUMO DA EQUIPE

VINCULAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
DOCENTES, TÉCNICOS E ESTUDANTES DA UFPA	4 docentes e 2 técnicos administrativos.	100%
EXTERNOS		
TOTAL	6	100%

9.3 – JUSTIFICATIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MENOS DE 2/3 DE PESSOAS DO PROJETO VINCULADAS À UFPA (docentes, técnicos e alunos) (quando for o caso)

A composição da equipe foi definida em consonância com a natureza do *Programa Participação Social com Educação Popular nos Territórios*, que tem como princípio estruturante o diálogo entre universidade e sociedade civil organizada. Dos 18 integrantes do Programa, 6 são vinculados à UFPA (4 docentes e 2 técnicos administrativos) e 12 são educadores/as oriundos de movimentos sociais, organizações populares e coletivos locais, especialmente de Breves e Soure, cuja inserção nos territórios é fundamental para a efetividade da proposta.

<p>A participação majoritária de educadores dos movimentos sociais assegura:</p> <ul style="list-style-type: none">• A construção coletiva e horizontal do conhecimento;• O reconhecimento e valorização dos saberes populares e ancestrais;• A efetiva participação social nos processos formativos;• O fortalecimento dos vínculos da universidade com os territórios amazônicos marajoaras. <p>Assim, ainda que menos de 2/3 da equipe seja formalmente vinculada à UFPA, a configuração proposta é condição essencial para garantir o caráter extensionista, dialógico e transformador do Programa.</p>
<p>9.4 - JUSTIFICATIVA PARA A INDICAÇÃO DAS PESSOAS DA EQUIPE TÉCNICA RELACIONADAS NO ITEM 9.1 <i>(anexar cópia do curriculum no caso das pessoas que não sejam docentes ou servidores da UFPA, aceito também em meio digital – CD.</i></p>

III – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO						
ETA PA / FAS E	META 1	ATIVIDADES	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			Unidade	Quant.	Início	Término
1	Apoiar a implementação do Núcleo Territorial de Articulação da Participação Social com Educação Popular no Território	Seleção da equipe técnica para realizar as formações presenciais em Participação Social com Educação Popular nos Territórios – Breves e Soure	Uni.	12	15/12/2024	11/06/2025
2	do Arquipélago do Marajó para realizar	Realização de planejamento pedagógico para alinhamento e elaboração da formação teórico-prática em Participação Social e Educação Popular com base no território, considerando as particularidades dos Marajós dos Campos e das Florestas – Breves e Soure.	Conjunto	6	16/06/2025	10/09/2025
3	ações de articulação e	Realizar a convocação e mobilização da Sociedade Civil e	Conjunto	6	25/04/2025	30/06/2026

	qualificação da participação social no território marajoara a partir da educação popular.	Movimentos Sociais interessados dos 17 municípios do arquipélago do Marajó via online e presencial nos municípios de Breves e Soure.				
4		Inscrição dos interessados nos cursos de formação que serão realizados nos municípios de Breves e Soure.	Conjunto	6	10/09/2025	03/12/2025
5		Estabelecer parcerias com os atores estratégicos no Marajó e sobretudo em Breves e Soure.	Conjunto	4	01/02/2025	01/05/2026
ETA PA / FAS E	META 2	ATIVIDADES	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
6		Realização da Formação em Participação Social e Educação Popular com base no território, considerando as particularidades dos Marajós dos Campos e das Florestas – Breves e Soure.	Conjunto	12	15/09/2025	21/02/2026
7		Registros das atividades realizadas em Breves e Soure para relatório parcial, .	Conjunto	1	01.12. 2025	08.02. 2026
8		Elaboração de Relatório Técnico e de Relato de Experiência acumuladas nas formações realizadas em Breves e Soure para relatório parcial.	Unidade	2	01/08/2025	01/06/2026
ETA PA / FAS E	META 3	ATIVIDADES	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
		Planejamento das atividades de campo que serão desenvolvidas em Breves e Soure.	Conjunto	6	04/10/2025	20/01/2026

		Realização de Grupo Focal de modo online com os membros do Fórum Permanente do Marajó.				
		Rodas de Conversas e aplicação de questionários por meio de videoconferência, videochamadas e formulários eletrônicos e presencialmente nos municípios de Breves e Soure.	Conjunto	4	25.11.2025	10.03.2026
ETA PA / FAS E	META 4	ATIVIDADES	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
		Elaborar diagnóstico socioambiental preliminar, por meio de metodologias participativas.				
		Produzir Material Educativo para consolidação do Núcleo.	Unidade	1	01/08/2025	30/06/2026
		Elaboração de Relatório Técnico e de Relato de Experiência acumuladas nas formações realizadas em Breves e Soure para relatório final.			30.09.2025	30/06/2026

IV - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS	
1 – RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE RECURSOS (conforme planilha em anexo)	
A – DESPESAS DO PROJETO	
NATUREZA DE DESPESA Código – Título	Valor (R\$)
339004 – CONTRATAÇÕES POR TEMPO DETERMINADO	
339014 - DIÁRIAS SERVIDOR FEDERAL	R\$ 12.730,00
339018 – BOLSA ESTÁGIO	
339020 - BOLSA DE PESQUISA	
339018 – BOLSA DE ENSINO	
339020 - BOLSA DE EXTENSÃO	R\$ 165.000,00

339030 - MATERIAL DE CONSUMO			R\$ 4.000,00	
339032 – MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA				
339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			R\$ 3.500,00	
339033 – LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE				
339036 – DIÁRIAS COLABORADOR EVENTUAL				
339036 – SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA			R\$ 33.600,00	
339039 – SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA (sem as despesas administrativas da Fundação de Apoio)			R\$ 16.450,00	
339039 – CUSTO OPERACIONAL FUNDAÇÃO			R\$ 33.000,00	
339047 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS (A contratação na natureza 339036 gera encargo patronal [acrécimo] de 20%, exceto diárias colaborador eventual)			R\$ 6.720,00	
449039 – SOFTWARE				
449051 – OBRAS E INSTALAÇÕES				
449052 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE				
SUBTOTAL			R\$ 242.000,00	
TAXAS: % PROAD % UNIDADE 12 % FUNDAÇÃO				
Despesas administrativas: 33.000,00				
TOTAL GLOBAL: 275.000,00				
B – DESPESAS ADMINISTRATIVAS DA CONTRATADA				
Especificação	Detalhamento	Fonte dos recursos	Quantidade	Valor
Despesas Administrativas	Conforme planilha em anexo		1	33.000,00
SUBTOTAL				
2 – FONTE DOS RECURSOS				
FONTE		VALOR A CONCEDER	VALOR CONTRAPARTIDA UFPA	
Secretaria-Geral da Presidência da República – SG/PR		275.000,00	Não se aplica	
TOTAL				

**** Até 15%, devidamente especificada via precificação apresentada pela Fundação ____.**

3 – PLANO DE APLICAÇÃO DE DESPESAS DETALHADO:

CÓDIGO/TÍTULO DA NATUREZA DE DESPESA: 339020 - BOLSA DE EXTENSÃO				
Descrição	Unidade	Quantidade	Valor	
			Unitário	Total

Bolsa Coordenador	Bolsa	10	R\$ 4.000,00	R\$ 40.000,00
Bolsa Pesquisador Colaborador técnico	Bolsa	10	R\$ 2.500,00	R\$ 25.000,00
Bolsa Pesquisador Colaborador técnico	Bolsa	10	R\$ 2.500,00	R\$ 25.000,00
Bolsa Pesquisador Colaborador técnico	Bolsa	10	R\$ 2.500,00	R\$ 25.000,00
Apoio Administrativo	Bolsa	10	R\$ 2.500,00	R\$ 25.000,00
Apoio Administrativo	Bolsa	10	R\$ 2.500,00	R\$ 25.000,00
Subtotal 1				165.000,00

CÓDIGO/TÍTULO DA NATUREZA DE DESPESA: 339014 - DIÁRIAS SERVIDOR FEDERAL				
Descrição	Unidade	Quantidade	Valor	
			Unitário	Total
Pagamento de Diárias	UND	38	R\$ 335,00	R\$ 12.730,00
Subtotal 2				R\$ 12.730,00

CÓDIGO/TÍTULO DA NATUREZA DE DESPESA: 339030 – Material de Consumo				
Descrição	Unidade	Quantidade	Valor	
			Unitário	Total
Material didático para a formação	UND	200	R\$ 20,00	R\$ 4.000,00
Subtotal 3				R\$ 4.000,00

CÓDIGO/TÍTULO DA NATUREZA DE DESPESA: 339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO				
Descrição	Unidade	Quantidade	Valor	
			Unitário	Total
Ressarcimento de passagens	UND	14	R\$ 250,00	R\$ 3.500,00

Subtotal 4	R\$ 3.500,00
-------------------	---------------------

CÓDIGO/TÍTULO DA NATUREZA DE DESPESA: 339039 CUSTO OPERACIONAL FADESP				
Descrição	Unidade	Quantidade	Valor	
			Unitário	Total
Despesa Administrativa FADESP	UND	1	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00
Subtotal 4				R\$ 33.000,00

CÓDIGO/TÍTULO DA NATUREZA DE DESPESA: 339036 SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA				
Descrição	Unidade	Quantidade	Valor	
			Unitário	Total
Contratação de professor formador	Módulo	24	R\$ 1.400,00	R\$ 33.600,00
Subtotal 6				R\$ 33.600,00

CÓDIGO/TÍTULO DA NATUREZA DE DESPESA: 339047 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS(A contratação na natureza 339036 gera encargo patronal [acréscimo] de 20%, exceto diárias colaborador eventual)				
Descrição	Unidade	Quantidade	Valor	
			Unitário	Total
Contribuição Patronal	UND	20%	R\$ 7.200,00	R\$ 6.720,00
Subtotal 7				R\$ 6.720,00

CÓDIGO/TÍTULO DA NATUREZA DE DESPESA: 339039 - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica				
Descrição	Unidade	Quantidade	Valor	
			Unitário	Total
Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de Camisetas	Unidade	60	R\$ 45,00	R\$ 2.700,00
Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de Crachá	Unidade	20	R\$ 30,00	R\$ 600,00
Contratação de Pessoa Jurídica para	Unidade	2	R\$ 180,00	R\$ 360,00

fornecimento de Banner (1,6m x 1,2m)				
Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de Faixa (4m x 1,2m)	Unidade	2	R\$ 240,00	R\$ 480,00
Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de Coffee Break para Eventos	Unidade	20	R\$ 615,50	R\$ 12.310,00
Subtotal 8				R\$ 16.450,00

V - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO			
Parcela 1: R\$ 266.200,00 (duzentos e sessenta e seis mil e duzentos reais).			
Meta/Etapa:	MÊS	ANO	VALOR (conforme planilha em anexo)
Qualificar 200 pessoas, entre elas, lideranças de Movimentos Sociais e representantes da Sociedade Civil para a Participação Social com Educação Popular nos territórios marajoaras.	12	2024	R\$ 150.000,00
TOTAL PARCELA 1			R\$ 150.000,00
Parcela 2: R\$00,00			
Meta/Etapa	MÊS	ANO	VALOR (conforme planilha em anexo)
Etapla 2: Entregar para a sociedade marajoara um diagnóstico sobre as principais situações de vulnerabilidade social e ambiental do território e que impactam na Participação Social e	4	2025	R\$ 125.000,00

Consolidar o Núcleo Territorial de Articulação da Participação Social com Educação Popular no Arquipélago do Marajó.			
TOTAL PARCELA 2			R\$ 125.000,00
Parcela 3:			
Meta/Etapa	MÊS	ANO	VALOR (conforme planilha em anexo)
TOTAL PARCELA 3			
TOTAL PARCELA 1, 2			R\$ 275.000,00

VI – IMPACTOS DO PROJETO
Social
<p>A promoção da articulação e qualificação da participação social com educação popular no Arquipélago do Marajó terá um impacto social significativo e multifacetado, que pode ser descrito nas seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none">• Empoderamento. Comunitário: O projeto fortalecerá a capacidade das comunidades locais, capacitando líderes e cidadãos a reivindicar seus direitos e a participar ativamente de processos de decisão que afetam suas vidas. Isso resultará em uma população mais informada e confiante, capaz de se mobilizar em prol de suas demandas. <p>Fortalecimento das Redes de Solidariedade: Através da articulação entre diversos atores sociais, como movimentos sociais, associações e grupos comunitários, haverá um fortalecimento das redes de apoio e solidariedade. Isso promoverá uma cultura de colaboração e mutualismo, aumentando a coesão social e a resiliência das comunidades.</p> <ul style="list-style-type: none">• Redução da Vulnerabilidade Social: O diagnóstico das situações de vulnerabilidade social e ambiental permitirá a identificação de problemas críticos e a formulação de estratégias específicas para abordá-los. Isso contribuirá para a redução das desigualdades sociais, melhorando a qualidade de vida das populações mais afetadas. <ul style="list-style-type: none">• Aumento da Participação Cidadã: A qualificação em educação popular incentivará a participação ativa dos cidadãos em espaços de governança, como conselhos comunitários e fóruns de discussão. Isso resultará em uma maior representação das vozes locais em decisões políticas e sociais, promovendo a democratização do poder. <ul style="list-style-type: none">• Sensibilização e Conscientização: As atividades de formação promoverão uma maior conscientização sobre questões sociais, ambientais e de direitos humanos, criando uma população mais crítica e engajada. Isso ajudará a cultivar uma cultura de cidadania ativa, na qual as pessoas se tornam agentes de mudança em suas comunidades. <ul style="list-style-type: none">• Valorização da Cultura Local:

Ao integrar a educação popular com as práticas culturais locais, o projeto valorizará as tradições e saberes da população marajoara, contribuindo para a preservação cultural e promovendo um sentido de pertencimento e identidade comunitária.

- **Ações de Sustentabilidade Social:**

O envolvimento da comunidade em práticas de educação e mobilização social gerará um impacto duradouro, com a criação de iniciativas sustentáveis que continuarão a promover a participação social e a defesa dos direitos no território, mesmo após a conclusão do projeto.

Em suma, o impacto social do projeto se traduzirá em comunidades mais autônomas, solidárias e capacitadas para enfrentar desafios sociais e ambientais, contribuindo para um desenvolvimento mais justo e inclusivo no Arquipélago do Marajó.

Econômico

A promoção da articulação e qualificação da participação social com educação popular no Arquipélago do Marajó gerará diversos impactos econômicos positivos, que podem ser delineados nas seguintes áreas:

- **Desenvolvimento de Capacidades Produtivas:**

A capacitação de 200 pessoas, incluindo líderes comunitários e representantes da sociedade civil, proporcionará habilidades que poderão ser aplicadas em atividades produtivas, gerando oportunidades de trabalho e renda para os participantes e suas comunidades.

- **Fortalecimento da Economia Solidária:**

O projeto incentivará a criação e fortalecimento de iniciativas de economia solidária, como cooperativas e grupos de produção, que visam a autossuficiência econômica e a distribuição equitativa de recursos, promovendo a geração de emprego e a circulação de renda local.

Atração de Investimentos:

Com a formação de uma rede organizada de participação social, o território se tornará mais atraente para a implementação de projetos sociais e econômicos, tanto de organizações governamentais quanto de ONGs, além de potenciais investidores interessados em desenvolver iniciativas sustentáveis na região.

- **Valorização dos Produtos Locais:**

O diagnóstico das vulnerabilidades sociais e ambientais permitirá identificar e valorizar produtos locais e práticas tradicionais, promovendo a comercialização desses produtos em mercados regionais e nacionais. Isso pode resultar em um aumento de renda para os produtores locais.

- **Estímulo ao Turismo Sustentável:**

O fortalecimento da identidade cultural e a valorização do patrimônio natural poderão atrair o turismo sustentável, criando novas oportunidades econômicas. O desenvolvimento de iniciativas turísticas comunitárias pode gerar emprego e renda, beneficiando diretamente as comunidades locais.

Melhoria da Infraestrutura Local:

A mobilização social pode impulsionar reivindicações por melhorias na infraestrutura local, como estradas, transporte e serviços básicos. Essas melhorias não apenas facilitarão o acesso a mercados, mas também atrairão novos negócios e investimentos para a região.

Geração de Renda a Longo Prazo:

As habilidades adquiridas e as iniciativas implementadas durante o projeto contribuirão para a geração de renda a longo prazo. Isso resultará em uma economia local mais dinâmica e resiliente, capaz de enfrentar crises e desafios futuros.

Fortalecimento das Relações Comerciais Locais:

A articulação entre diferentes atores sociais promoverá a formação de parcerias comerciais e a criação de redes de apoio entre empreendedores locais, resultando em uma economia mais integrada e colaborativa.

Em suma, o impacto econômico do projeto se manifestará na criação de uma economia mais sustentável, inclusiva e resiliente no Arquipélago do Marajó, beneficiando diretamente as comunidades e contribuindo para a melhoria das condições de vida locais.

Ambiental

O projeto terá impactos ambientais significativos no Arquipélago do Marajó, diretamente relacionados à promoção da participação social e à valorização dos territórios, saberes e práticas sustentáveis das comunidades locais.

- **Educação Ambiental Crítica e Popular:**
As formações em participação social e educação popular integrarão módulos específicos sobre meio ambiente, promovendo uma compreensão crítica dos desafios socioambientais locais, como a poluição hídrica, o desmatamento, a degradação dos campos naturais e as mudanças climáticas. Essa sensibilização ampliará a consciência ecológica das comunidades e fortalecerá a defesa de seus territórios.
- **Integração Saúde–Ambiente–Território:**
O módulo de saúde será articulado às dimensões ambientais, evidenciando como a degradação dos ecossistemas impacta diretamente a saúde coletiva (doenças transmitidas por água contaminada, insegurança alimentar, vulnerabilidades climáticas). Isso contribuirá para uma visão integral, que entende a proteção ambiental como também proteção da vida humana.
- **Fortalecimento da Gestão Social e dos Conselhos Ambientais:**
Ao qualificar lideranças comunitárias e atores sociais, o projeto estimulará a atuação nos Conselhos de Meio Ambiente, Saúde e Desenvolvimento Territorial, garantindo maior participação cidadã em processos decisórios. Esse engajamento favorecerá o controle social das políticas públicas e a defesa de práticas de uso sustentável dos recursos naturais.
- **Preservação dos Saberes Tradicionais e Práticas Sustentáveis:**
A valorização dos conhecimentos tradicionais e das práticas ancestrais de manejo da floresta, dos campos e das águas contribuirá para a conservação da biodiversidade local. O projeto reconhecerá a importância de práticas como a coleta de látex, o extrativismo não predatório e a pesca artesanal, conectando a preservação ambiental ao fortalecimento cultural e econômico das comunidades.
- **Promoção da Sustentabilidade Territorial:**
O diagnóstico socioambiental a ser produzido permitirá mapear pressões sobre os territórios e propor alternativas de mitigação, como o incentivo a cadeias produtivas sustentáveis, a redução de impactos de atividades predatórias e o fortalecimento de ações comunitárias de vigilância ambiental.
- **Formação de Agentes Populares Ambientais:**
Ao capacitar educadores e lideranças nos módulos, o projeto contribuirá para a formação de multiplicadores ambientais no Marajó, capazes de mobilizar suas comunidades em torno da defesa dos bens comuns, da floresta em pé e da valorização da vida ribeirinha e camponesa.

Em síntese, o impacto ambiental do projeto será o fortalecimento de comunidades marajoaras como guardiãs de seus territórios, articulando saúde, meio ambiente e gestão social em uma perspectiva de sustentabilidade integral, anticolonial e de justiça socioambiental.

VII – FISCALIZAÇÃO

Fica designado a servidora, Sra. PAULA FERNANDA PINHEIRO SOUZA, matrícula SIAPE nº 2296480, lotado no Campus Universitário do Marajó - Breves, como Fiscal do presente Contrato. Parágrafo Primeiro. No acompanhamento e fiscalização do objeto serão verificados pelo fiscal acima identificado:

I - A comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

II - A compatibilidade entre a execução do objeto e o que foi estabelecido no Plano de Trabalho;

III - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

VIII - DECLARAÇÕES

Declaro, para os devidos fins de direito, na função de Coordenador do Projeto relacionado ao presente Projeto Básico, que não possuo cônjuge, companheiro ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, não pertencentes ao quadro da UFPA, como integrante da equipe técnica.

Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães Professor Coordenador	SIAPE: 2329896	CPF : 890.693662-15	Data 04 de novembro de 2024
--	-------------------	------------------------	-----------------------------------

Declaro, para os devidos fins de direito, na função de Fiscal do Contrato do projeto em tela que não receberei pagamentos, bolsas ou qualquer outro valor com recursos do referido Contrato.

Paula Fernanda Pinheiro Souza Fiscal do Projeto	SIAPE: 2296480	CPF : 020.672.282-69	Data 04 de novembro de 2024
--	-------------------	-------------------------	-----------------------------------

Belém, 26 de setembro de 2025.

De acordo,

Diretor Executivo – Fundação

Reitor da UFPA



PLANO DE TRABALHO DO TED Nº 43/2025 - CGPROJ (11.73.07.02)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 05/11/2025 16:36)

GILMAR PEREIRA DA SILVA

REITOR - TITULAR

REITORIA (11.01)

Matrícula: ###905#6

Visualize o documento original em <https://sipac.ufpa.br/documentos/> informando seu número: **43**, ano: **2025**, tipo:
PLANO DE TRABALHO DO TED, data de emissão: **04/11/2025** e o código de verificação: **136bc11ba2**